

Gestão Social, Violência Urbana e Movimentos Sociais: O Caso da Juventude de Resende-RJ.

Júlio Cesar Andrade de Abreu

Juliana Andrade de Abreu

Associação Educacional Dom Bosco - AEDB

Resumo

O presente artigo aborda a organização e a gestão de iniciativas sociais capitaneadas por jovens como resposta ao problema da violência através de um estudo de caso no município de Resende – RJ. O foco do trabalho se mantém na temática da Divisão Acadêmica 02 – Administração Pública e Gestão Social, observando a organização que os mesmos criaram para lançar propostas e respostas ao problema da violência urbana no município. Com isso criaram o Fórum de Cidadania e Paz (FC&P), movimento liderado por jovens que pretendem através de mais participação e organização, propor e preservar uma cultura de paz na cidade de Resende. Como primeiro passo para desenvolver ações, o FC&P realizou uma pesquisa intitulada “Percepções da Juventude sobre a Violência”. Reconhecendo que há uma crise de mobilização nos diversos movimentos sociais urbanos – principalmente os movimentos juvenis - (Gohn, 1997), entendemos que este é um grande exemplo de participação da sociedade civil organizada (juventude) em questões sobre problemas sociais e políticas públicas, como é o caso da violência urbana. Logo, nos debruçaremos sobre os resultados desta pesquisa para registrar um dos olhares da juventude resendense sobre a violência e compará-lo com as políticas públicas aplicadas pela Prefeitura Municipal sobre tal temática.

Palavras chaves: Gestão Social, Juventude, Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Violência Urbana.

GESTÃO SOCIAL, VIOLÊNCIA URBANA E MOVIMENTOS SOCIAIS: O CASO DA JUVENTUDE DE RESENDE-RJ.

Introdução

Medo, insegurança e dor. Estas são algumas das marcas deixadas pela violência na vida das pessoas. Vítimas deste grande problema social, as pessoas acabam tornando-se prisioneiras de suas próprias casas. Trancam-se e tentam se proteger com muros, cães e grades. Aqueles que possuem uma “condição” de vida melhor se valem de cercas elétricas, circuitos internos de monitoramento 24 horas por dia e até de serviços especializados de segurança pessoal.

A juventude por sua vez vive um papel duplo neste cenário. É ao mesmo tempo agressora e vítima. E a inércia dos poderes públicos, a gestão equivocada das políticas públicas direcionadas aos jovens e alguns fatores sócio-culturais transformam esta situação em um ponto de extrema urgência a ser debatido pela sociedade.

Porém, é neste contexto que surge organização e iniciativas da própria juventude para estudar e propor ações que contenham o avanço da violência local.

Focados na participação social do jovem, abordaremos aqui a relação Juventude X Violência e ainda as políticas públicas municipais aplicadas sobre esta temática. Em um primeiro momento, apresentaremos um aparato teórico sobre a violência, suas origens, os números oficiais sobre a situação nacional e a necessidade de políticas públicas pontuais. Em seguida, analisaremos o papel das políticas públicas neste contexto e seus desdobramentos, também nacionalmente. No tópico seguinte restringiremos nosso foco a cidade de Resende, e para isso recorreremos a pesquisa realizada por jovens sobre a percepção da própria juventude sobre a violência¹. Analisaremos ainda os programas municipais e as políticas públicas locais voltadas para a juventude. E finalmente, concluiremos com uma análise apontando as oportunidades de melhorias que podem ser aplicadas aos programas municipais.

1. Violência e Juventude

Desde seu “descobrimento” o Brasil convive com a violência. Seja a violência ambiental, que nosso meio ambiente foi submetido; seja a violência cultural com a qual os índios conviveram; seja a violência social sobre a qual a nossa sociedade foi se formando, como conflitos de terra, massacre de índios, tráfico de escravos, revoltas armadas, prostituição, etc (Mota, 2006).

Com isso podemos concluir que a violência no Brasil não é algo novo. Muito pelo contrário, segundo Gilberto Velho (2000), a violência, em diversas formas, foi variável fundamental na constituição da sociedade brasileira. Portanto, a sociedade brasileira tradicional, a partir de um complexo equilíbrio de hierarquia e individualismos, desenvolveu, associado a um sistema de trocas, reciprocidade na desigualdade e patronagem, o uso da violência, mais ou menos legítimo, por parte de atores sociais bem definidos.

O termo violência possui diversas definições. E como lembra Minayo (2006) “o eixo central de qualquer reflexão sobre a violência se fundamenta na complexidade, polissemia e controvérsia deste objeto. Por isso mesmo, ele gera sobre si muitas teorias e frequentemente quase todas são parciais”. Nós, porém, adotaremos a definição do Ministério da Saúde², que afirma: “A violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, classes, nações, que

ocasionam a morte de seres humanos, ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual”.

Tão complexo e diversificado quanto definir, é identificar as causas da violência na sociedade brasileira. Diversos autores trabalham nesta temática, porém o consenso ainda está longe de ser atingindo.

Cruz Neto (1999) sugere que a origem da violência está vinculada a diversos fatores correlacionados. Tais fatores seriam:

- Institucionais – Que tange a inércia e omissão do Estado em prevenir e reprimir a violência. Tais ações deveriam ser realizadas através de medida pontuais nos setores de habitação e moradia (políticas públicas equivocadas geram mais e mais desabrigados e estas pessoas ficam em situação de risco, expostas a ação do tráfico e de traficantes de drogas que garantam sua “proteção”); de educação (onde os professores são mal remunerados, desmotivados e as escolas não possuem a infraestrutura necessária para a transmissão de conhecimentos básicos); de transportes públicos (que são de baixa qualidade e caros, comparados a renda dos trabalhadores, e com isso, há um desgaste maior das pessoas que reflete inclusive na relação familiar); de saúde (onde hospitais não prestam serviços com a dignidade e eficiência necessária, gerando filas, insatisfação e desgaste) . Ristum (2006) ainda nos coloca que a repressão faz referência à polícia, à justiça e ao sistema penitenciário, que possuem uma baixa credibilidade devido à facilidade com que seus funcionários são corrompidos. “O quadro desenhado pelos autores destaca os baixos salários, a política de proteção e defesa que privilegia situações ou indivíduos da elite econômica, a violência e a impunidade da polícia militar, a corrupção e o descrédito da polícia civil, a confusão e a rivalidade de papéis das polícias federal, civil, militar e municipal, a lentidão, a ineficácia e a inacessibilidade da justiça e, finalmente, a situação de superlotação e promiscuidade das prisões, das quais as fugas são frequentes, principalmente de traficantes e criminosos de alta periculosidade, geralmente favorecidas pelos guardas, cuja cumplicidade é bem remunerada” (Ristum, 2006: p.2). O fracasso da segurança pública traz o incremento das polícias paralelas que, por serem onerosas, são reservadas à classe alta.
- Sócio-Econômicos³: O autor coloca que a pobreza e a miséria acabam impulsionando atos de violência. O desemprego e a miséria contribuem para a criminalidade, uma vez que a mídia estimula as pessoas a buscarem produtos “da moda” e ao se verem presas a uma realidade que as priva de tais bens de consumo, a criminalidade e com isso a violência, passam a vigorar nestes ambientes.
- Culturais: O convívio com duas realidades no Brasil (a branca e rica e a negra e pobre) acaba contribuindo para reforçar contrastes, discriminação e preconceito.
- Demografia Urbana: Com o crescimento populacional há maior necessidade de infraestrutura, o orçamento nacional fica mais pressionado, há maior competitividade na busca por um emprego e durante recessões estes indicativos ficam mais acentuados.
- Meios de Comunicação: Trazem modelos de filmes e novelas onde há uma apologia ao dinheiro e a violência. Em um país em que a educação é frágil, a televisão passa a ser a principal formadora de opinião e com isso o espaço para o diálogo na família também é reduzido.

Neste contexto, a juventude acaba sendo seduzida por caminhos que lhes dêem acesso social, diferentemente pelo trilhado por seus pais (trabalho árduo e baixos salários). E quando não possuem uma sólida referência familiar e religiosa optam por uma oportunidade rentável e de fácil acesso: o tráfico de drogas. (Mota, 2006).

“Há uma proporção maior de jovens do que de adultos envolvidos em atividades criminosas e portadores de uma cultura da violência. Há uma filosofia difundida entre eles de que a vida pode ser breve, mas deve ser vivida intensamente. É o gosto pelo risco e por uma agressividade que beira o patológico. Mas não dá para explicar por meio da psicologia um fenômeno que é global. A violência é um fenômeno sociocultural em que as novas gerações são as que mais a cultuam... A violência passou a ser um valor, há pessoas que gostam de exercê-la. É um fenômeno coletivo, que, embora não atinja todos os jovens, atinge parte deles. Não é apenas uma possível opção de vida, de ser bandido ou trabalhador. Há pessoas que trabalham e fazem uma atividade ilegal simultaneamente.” (Velho, 2000).

Os números do IBGE confirmam tal afirmação. Os crimes violentos vem crescendo no Brasil desde os anos 90. No período de 1990 a 2000, a proporção de mortes de homens relacionadas com causas violentas aumentou de 16,5% para 18,8% do total de óbitos, enquanto entre as mulheres essas proporções se mantiveram praticamente inalteradas, em torno de 4% (IBGE, 2004). O Rio de Janeiro é o Estado com maior taxa de mortes violentas de rapazes: 270,3 por 100 mil habitantes. A seguir, vêm Amapá (244,1), São Paulo (233,9), Espírito Santo (228,2), Roraima (219,5) e Pernambuco (217,1). A taxa nacional é de 151,1 por 100 mil habitantes. (FSP, 2003).

No país, em 1990, cerca de 60% dos óbitos masculinos ocorridos na faixa etária de 15 a 24 anos estavam relacionados às causas violentas (acidentes de trânsito, envenenamentos, afogamentos, quedas, homicídios e suicídios). O valor sobe para 70% em 2000 e cresce de forma generalizada nas regiões brasileiras, com destaque para o Sudeste, onde os valores passam de 64% em 1990 para 77,6% em 2000! A violência, nessa faixa etária mais jovem, começa a atingir de forma intensa também as mulheres, que durante o período considerado, tiveram aumentos importantes na proporção de óbitos relacionada a essa causa. No agregado nacional, a proporção de óbitos de mulheres dessa faixa de idade por causas violentas passou de 28,9% para 33,5% na década. Pelas informações apresentadas, observa-se uma tendência a generalização do fenômeno da violência. (IBGE, 2004).

Logo, observamos que urge a necessidade de ações pontuais da sociedade civil organizada e do Estado, na busca de implementação de políticas públicas eficazes para a juventude, visando a redução drástica deste quadro.

2. Políticas Públicas para a Juventude.

Por políticas públicas, entendemos a ação coordenada (por recursos financeiros, humanos e materiais e com determinação temporal) do Estado que visa ter um impacto na sociedade. Tais ações podem compreender desde a prestação de serviços até a implantação de projetos específicos, podendo haver parcerias entre entidades da própria sociedade civil organizada.

Haja vista a urgente necessidade prevenir e conter a imensa onda de violência que toma de assalto a todos, é também necessária a criação de políticas públicas específicas para a juventude, que é a principal vítima e agente deste quadro.

O debate e elaboração de políticas públicas para a juventude nas últimas décadas passa pela Constituição Nacional de 1988. Nela são dedicados dois artigos especificamente para os jovens. Mota (2006) nos lembra ainda que em 1990, o Congresso Nacional cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passa a regulamentar e orientar toda a política às crianças e adolescentes. As principais inovações do ECA seriam:

- a municipalização da política de atendimento direto;
- a eliminação de formas coercitivas de reclusão por motivos relativos ao desamparo social, por meio da eliminação da figura da situação irregular;

- a participação paritária e deliberativa governo/sociedade civil, estabelecida por intermédio da existência de Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente; e
- a hierarquização da função judicial, com a criação do Conselho Tutelar -órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Sposito (2006) reforça ainda a importância do ECA e diz que mesmo sem possuir um órgão nacional específico para a condução e implementação de políticas públicas para a juventude – como já acontece na maioria dos países sul americanos – o Brasil criou diversos programas voltados para o jovem.

Durante o período de 1998 a 2002 (gestão de Fernando Henrique Cardoso) a autora coloca que foram criados 33 programas e ações voltadas para o jovem. O principal ponto a ser melhorado na visão de Marília Pontes Sposito está relacionado à questão da participação democrática na condução e na elaboração de tais programas.

A idéia de mais participação da juventude e visão mais democrática também é compartilhada por Sento-Sé (2006). Ele afirma ainda (confirmando uma das diretrizes do ECA que foi a municipalização das políticas de atendimento) que a ação federal, não privilegia o grande potencial que os municípios tem enquanto atores na transformação social. E sugere que haja mais debates e ação ao nível municipal. Sento-Sé (2006) ainda constata:

“A construção de novos modelos e estratégias para a prevenção da violência urbana deve eleger os municípios como esferas privilegiadas para a transformação social. As diversas modalidades de violência que crescem, sobretudo nos centros urbanos ao longo dos últimos vinte anos, bem como o nível dramático com que estes eventos têm se caracterizado - principalmente depois da expansão do tráfico de drogas e armas e da estruturação dos mesmos pelo fortalecimento de seus operadores e gestores -, propiciaram uma atmosfera em que vigora a sensação de medo e esta passa a ser partilhada por boa parte da sociedade que se encontra aterrorizada. Nesse contexto, desconfia-se da atuação das agências públicas do Estado responsáveis pela solução do problema que se mostram cada vez mais incompetentes para o papel.

O peso das responsabilidades sobre a segurança pública caía sobre os governos estaduais, uma vez que os governos municipais e federal não se mostram empenhados em assumir as responsabilidades e a própria legislação contribui de certo modo para isso. Nesse cenário de grande paralisia política e social, moldado pela égide do medo e do diletantismo das autoridades constituídas, a truculência e os abusos praticados pelas nossas polícias passam a ser os únicos expedientes dinâmicos nessa situação.” (Sento-Sé, 2006)

Seguindo pelo posicionamento destes autores fica latente a necessidade de novos paradigmas para a implementação de políticas públicas eficientes para a juventude. Evitando assim, o risco de criarmos programas intervencionistas como ocorriam até o início dos anos 80 implementados pela FUNABEM; que tinham como ênfase à internação e as práticas de contenção do menor, motivadas por algum tipo de “infração” (Mota, 2006).

3. O caso de Resende.

A cidade Resende está localizada no sul do estado do Rio de Janeiro. A área total do estado é de 43.864,3 km² e Resende por sua vez possui 1.101 km² e está em uma posição

estratégica no principal corredor de consumo da América do Sul, no Brasil entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O município possui aproximadamente 115 mil habitantes. Destes 20.047 estão na faixa de 15 a 29 anos segundo os IBGE.

Conservando um clima interiorano, o município apresentava baixos índices de criminalidade e a violência se encontrava em estágio moderado até o início da década de 80. Com a chegada de diversas indústrias nos últimos 20 anos e a consolidação da cidade como pólo metal mecânico, no estado do Rio de Janeiro, esta condição foi se alterando.

Uma pesquisa⁴ realizada pela ONG Viva Rio na cidade, indicou a crescente violência como a principal preocupação da população local. A pesquisa ressaltou ainda que mesmo a cidade possuindo diversos órgãos de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Municipal, Guarda Ambiental, etc), faltava articulação e integração para a obtenção de resultados positivos na contenção da violência.

Com isso, no ano de 2003 foi implantado na cidade o Plano Municipal de Ordem Pública, visando à integração e a obtenção de resultados concretos na luta contra a violência. Considerado pioneiro enquanto iniciativa municipal e como política pública, tal plano possui como característica marcante, a democratização do debate sobre a ordem pública; envolvendo a população, a sociedade civil organizada e diversas entidades municipais no debate e na proposição de ações para a contenção e prevenção da violência. Constituindo assim, um canal privilegiado de promoção de experiências conforme sugere Sento-Sé (2006).

Este plano, porém, apresenta sérios sinais de desgaste, uma vez que ao se trocar a administração municipal durante as últimas eleições (2004), há problemas de articulação entre secretarias e autarquias que foram criadas ou extintas.

Com este cenário de desarticulação, um movimento social liderou uma pesquisa sobre a percepção da juventude local sobre a violência visando desenhar ações para a promoção de uma cultura de paz. Neste tópico iremos abordar os resultados da pesquisa “Percepções da Juventude sobre a Violência”, realizada pelo Fórum de Cidadania e Paz, e a relação dos resultados com a posição dos autores até aqui citados, com os números da violência na cidade e as ações realizadas pelo Plano de Ordem Pública (seus avanços e deficiências no que tange a relação com a juventude).

3.1. A Pesquisa “Percepções da Juventude sobre a violência”: Objetivos e Métodos

No ano de 2005 um grupo de jovens, motivadas pela crescente violência nos bairros da Grande Alegria (complexo de bairros da periferia oeste de Resende) e pela inércia da administração municipal, criou o Fórum de Cidadania e Paz. Este movimento social nasceu no seio da Igreja Católica (com estreita relação com as Pastorais Sociais da Igreja e com a Pastoral da Juventude) da localidade e possui como objetivo “propor, debater e implementar ações concretas que visem instaurar uma cultura de paz em nossa cidade para a redução da violência urbana”. Este movimento, mesmo possuindo adultos e idosos em sua composição, é liderado por jovens (o coordenador possui 24 anos, a secretária 22 e o articulador de relações com a mídia, 21).

Percebendo a necessidade de mais informações para a tomada de ações, o movimento decidiu realizar uma pesquisa junto à população local sobre percepção da violência. Após várias reuniões e debates, definiram que o público alvo (objeto) da pesquisa seria o jovem (principal vítima e agente da violência). Após esta fase, se firmou uma parceria com o Centro Comunitário Esperança para o Futuro (uma ONG que atua na região) e os jovens da Pastoral da Juventude para a aplicação do questionário (que foi elaborado após debates entre os membros do movimento, da ONG e dos Jovens da Pastoral da Juventude).

A pesquisa seguiu linhas quali-quantitativas. A localidade que foi selecionada para a aplicação foi o bairro Jardim Beira – Rio (que compõem o Complexo da Grande Alegria).

Foram entrevistados 20% dos jovens da localidade (185 questionários aplicados) sendo que a população do bairro entre 14 e 25 anos é de 923. Os jovens que aplicaram os questionários foram treinados e se dividiram em equipes (compostas por duas pessoas) que tinham uma delimitação geográfica (ruas e quarteirões) para ação. A pesquisa foi aplicada no dia 05 de março de 2006.

3.2. A Pesquisa “Percepções da Juventude sobre a violência”: Resultados e Análises

Após a tabulação dos dados o primeiro extrato realizado foi referente ao perfil dos entrevistados, que foi dado com se segue:

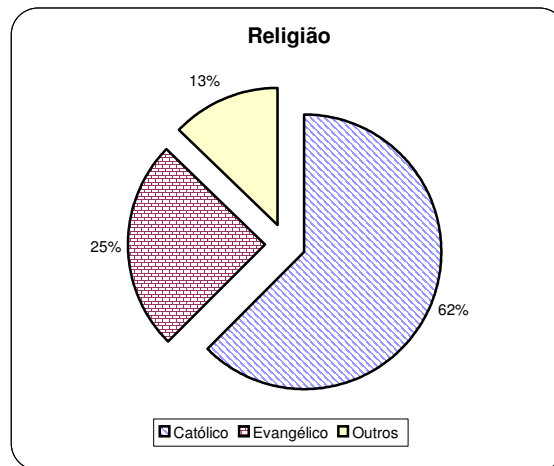


Figura 1: Gráfico (percentual) sobre a religião dos entrevistados. Fonte: FC&P

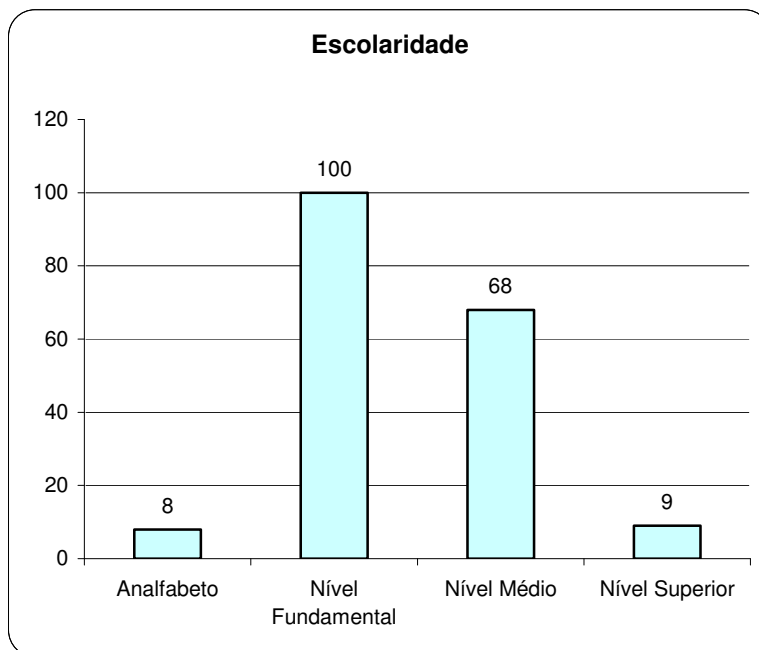


Figura 2: Gráfico (quantitativo) sobre escolaridade dos entrevistados. Fonte: FC&P

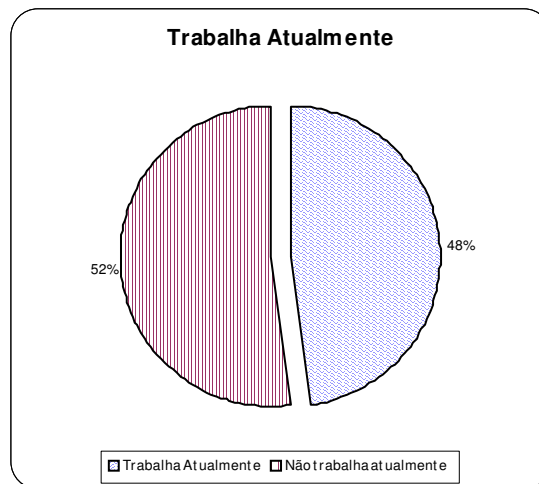


Figura 3: Gráfico (percentual) sobre trabalho dos entrevistados. Fonte: FC&P

Com estas primeiras informações conseguimos constatar a grande exposição e situação de risco social que os jovens da localidade sofrem. Cruz Neto (1999) ressalta os diversos fatores geradores na violência e podemos constatar isso através do perfil dos entrevistados que compõem o bairro entrevistado.

A baixa escolaridade (Figura 5) e a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho (Figura 6) são fatores que apontam para o risco eminente de envolvimento com drogas. A pesquisa da ONG Viva Rio também vai de encontro com os dados da pesquisa do Fórum de Cidadania e Paz.

Segundo a ONG, o principal grupo afetado pela violência são os jovens entre 15 e 24 anos, pois são representados como autores (51%) ou vítimas (36%) dos crimes cometidos nos últimos quatro anos antecedentes a aplicação da pesquisa (entre 2000 e 2003) na cidade de Resende. Outro dado, diz respeito a escolaridade: tanto as vítimas quanto os agressores deixam, em sua maioria, a escola no primeiro segmento do ensino fundamental (5.^a a 8.^a série).

A autora Sposito (2006) reforça que a educação e o emprego são fatores preocupantes na relação juventude e violência: “Por exemplo, temos metade dos jovens brasileiros fora da escola e quase 10 milhões não completaram oito anos de estudo. É impossível pensar uma população de 15 a 24 anos com menos que o ensino fundamental. Essa é uma prioridade: que a escola seja um bem para todos e que a escola pública seja mais adequada a essa população jovem. Já sob a lógica do emprego temos uma multiplicidade de situações que o governo terá que responder. De 15 a 19 anos, a questão é o primeiro emprego. Já para os jovens de 20 a 24 anos é o desemprego mesmo. O programa Primeiro Emprego é fundamental, mas não resolverá o desemprego do jovem de 20 a 24 anos. Então, devemos ter ações específicas também para esta faixa etária. Nas regiões Norte e Nordeste, temos o analfabetismo funcional de jovens muito mais alto do que no Sul e no Sudeste, mas o problema do desemprego nas regiões metropolitanas é muito maior. Então, o governo deverá ter múltiplas ações. Para cada tipo de direito que não está sendo atendido, devemos ter ações específicas, mas que devem ser articuladas”.

A pesquisa do Fórum de Cidadania e Paz se aprofunda um pouco mais no tema da educação e aponta que mesmo com baixa escolaridade, os jovens do bairro Jardim Beira – Rio querem mais educação através de cursos profissionalizantes e técnicos:

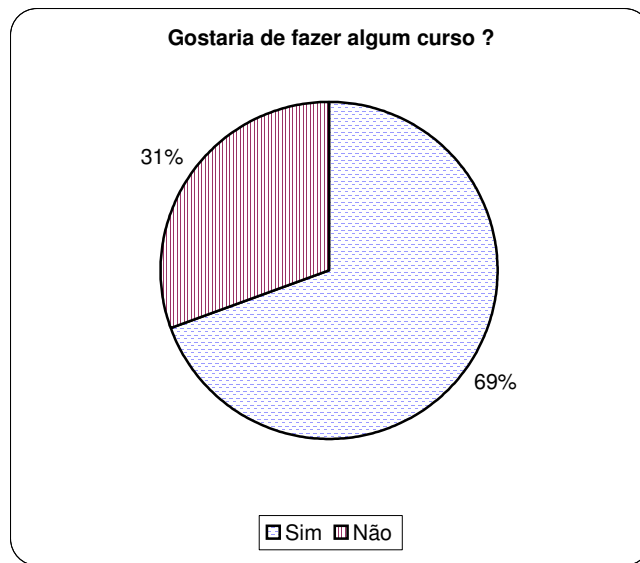


Figura 4: Gráfico (percentual) entrevistados interessados em fazer cursos técnicos e/ou profissionais. Fonte: FC&P

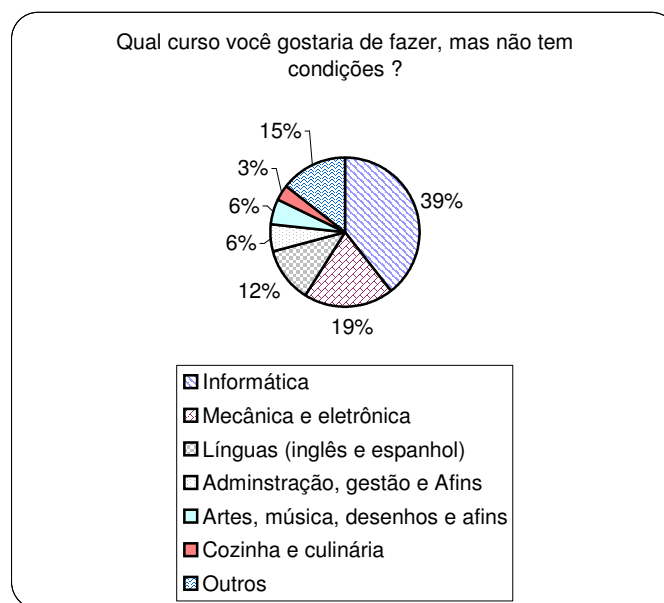


Figura 5: Gráfico (percentual) sobre a demanda de cursos na localidade. Fonte: FC&P

A necessidade de mais qualificação é entendida pelos jovens, como requisito para aumentar a empregabilidade. Mesmo havendo um aumento considerável na quantidade de jovens que estão nas salas de aula (de 11,7 milhões em 1995 para 16,2 milhões em 2001 – IBGE) ainda não se conseguiu uma grande abertura, através da educação, do mercado de trabalho para a juventude. Analisando a declaração de Sposito (2006) podemos entender melhor este quadro: “O governo deve assegurar a oferta educacional, mas não colocando um jovem de 20 anos numa escola onde ele vai conviver com um adolescente de 12. A expansão

do ensino médio é grande, mas ainda é insuficiente. Os jovens não têm condições de pagar o ensino superior. Deve haver várias ações simultâneas para assegurar que o jovem termine o ensino fundamental. (...) Ampliar a oferta do ensino médio e assegurar condições para aqueles que querem continuar a estudar. No entanto, não podemos dizer que tudo isso vai melhorar a situação da juventude brasileira, porque escola não gera emprego. Se não houver um projeto de desenvolvimento para gerar emprego neste país, só a escolaridade não vai resolver”.

Os dados da pesquisa do Fórum de Cidadania e Paz, também vão de encontro aos números apresentados em uma pesquisa a nível nacional conforme nos coloca Sposito (2006). A autora afirma que de modo geral, as pesquisas sobre a preocupação dos jovens indicam que o trabalho é a maior delas. Em segundo lugar está a violência. E eles conhecem os dois lados dessa questão. Além de serem vítimas e de saberem que a relação do jovem da periferia das grandes cidades com a polícia é difícil, porque ele é o eterno suspeito, eles sabem que os espaços públicos sendo ocupados por uma lógica da violência significam que eles têm menos possibilidade de circular. Para a juventude é fundamental o direito ao lazer e aos bens culturais. Mas o emprego é realmente o maior drama, porque a maioria dos jovens sempre associou estudo e trabalho, e muitas vezes o trabalho é garantia de poder estudar. Dessa forma, quando se nega o trabalho, pode se negar também à possibilidade de educação. Surge aí até um certo medo de pensar no futuro.

E ao serem questionados sobre o nível de violência, a grande maioria classifica entre média e altíssima a situação no bairro.

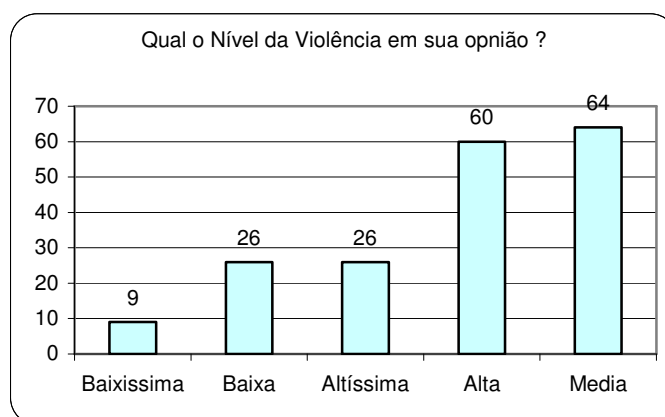


Figura 6: Nível da violência (quantitativo) na opinião dos entrevistados. FC&P

Quanto à renda familiar média dos jovens entrevistados, obtivemos os seguintes números:

Até 3 salários mínimos	19%
Abaixo de 3 salários mínimos	63%
Acima de 3 salários mínimos	18%

Figura 7: Tabela (percentual) de renda familiar média. Fonte: FC&P

Aqui poderíamos relacionar a violência na localidade com a realidade econômica do bairro. Porém, como citado anteriormente, acredito que esta seja uma relação que não corresponde totalmente com a verdade. Mota (2006) citando vários autores reforça esta idéia dizendo que “a relação entre pobreza e violência tem sido trazida, muitas vezes, para a discussão ideológica, na qual a pobreza é acusada de vilã da história. Se, por um lado, esta

acusação tem o mérito de indicar a necessidade de reduzir as desigualdades econômicas, através de uma melhor distribuição de rendas, por outro, reduz a relação a uma linearidade de causa e efeito que não se mantém na prática. As pesquisas têm evidenciado que não basta ser pobre para ser violento; entretanto, evidenciam, ainda, que a maioria dos criminosos ou infratores é oriunda das classes populares, mas é também nas classes populares que se encontra a grande maioria das vítimas da violência, tanto da violência estrutural como da violência de delinquência”.

Ainda segundo Mota (2006): “ao analisar a problemática dos meninos de rua como expressão máxima da violência estrutural, colocam-na como resultante da concentração de renda, das desigualdades sociais e, portanto, da miséria econômica, social, cultural e moral em que vive grande parte da sociedade brasileira. É também com ênfase na institucionalização da desigualdade, especialmente em termos da vulnerabilidade social dos jovens pobres, conjugada ao modelo de desigualdade social do Brasil, que Dellasoppa et alii. (1999) localizam as causas da violência. Nessa mesma direção apontam os resultados do trabalho de Ristum (2006).”

Já a própria juventude, que fora entrevistada pelo Fórum de Cidadania e Paz, visualiza as questões econômicas (como o desemprego) como a terceira causa da violência na região (Figura 11). Tal visão se mostra privilegiada, ao ponto que se trata de um olhar dos próprios jovens que convivem com a situação (um posicionamento de “dentro para fora”). Ao passo que outras pesquisas discorrem sobre teorias e nem sempre estão tão envolvidas com o objeto pesquisado.

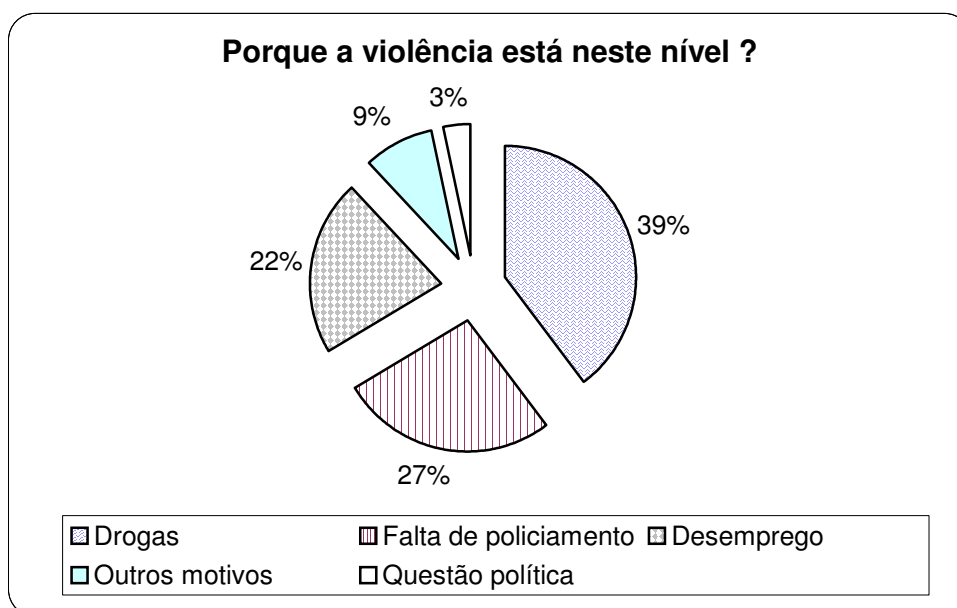


Figura 8: Gráfico (percentual) sobre as causas da violência. Fonte: FC&P

Outro ponto interessante indicado pela pesquisa é que somente 3% dos entrevistados disseram que a violência é causada por fatores políticos (quando na realidade o político é responsável pela implementação de políticas públicas para conter o avanço das drogas; pela contratação, treinamento e alocação de policiais; e de certa forma, por criar ações pontuais que ampliem o emprego entre os mais jovens).

Já com relação, às ações para a contensão da violência (Figura 12), os jovens elegeram quatro fatores principais: policiamento, educação, base familiar e emprego. Mais uma vez, as

questões políticas ficaram com 2% das indicações. O que nos mostra a necessidade de maior conscientização dos jovens quanto à política e sobre cidadania.

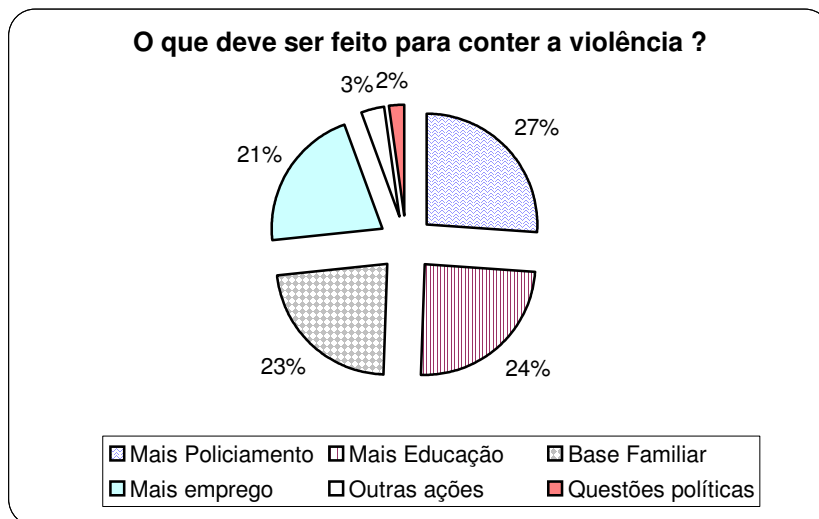


Figura 9: Gráfico (percentual) sobre ações para conter a violência. Fonte: FC&P

A visão dos jovens do Jardim Beira – Rio contraria a colocação de alguns autores quanto ao uso da força policial como principal meio de contenção da violência urbana. Mota (2006) citando diversos autores, coloca que o modelo de combate a criminalidade pelo aumento do aparato policial e das detenções, não tem obtido resultados satisfatórios nem no Brasil, nem no exterior. Na Grã Bretanha, por exemplo: “o aumento do número de policiais ou o aumento do orçamento da polícia não reduz, necessariamente, as taxas de criminalidade, nem aumenta a proporção dos crimes resolvidos, que seriam melhores explicados por questões sociais, como renda, desemprego, população e heterogeneidade social”. Em estudos empíricos para o Rio de Janeiro e São Paulo: “a mera alocação de recursos aos setores de segurança pública - sem que se discuta a eficiência - está fadada a replicar um modelo de polícia esgotado, com desprezíveis resultados para a paz social. O ponto central da questão é que o modelo tradicional de policiamento direcionado para o incidente requer que não se pense em problemas persistentes ou padrões de incidentes, muito menos que se elabore a respeito das virtuais causas que levariam ao delito.”

A visão da base familiar, da educação e do emprego encontram eco nas afirmações de Sposito (2006), Velho (2000) e Cuz Neto (1999).

3.3. Políticas Públicas Municipais para o Jovem Resendense.

Após a implementação do Plano Municipal de Ordem Pública (PMOP), diversos projetos foram criados para atender aos jovens resendenses. Mesmo com a desarticulação do PMOP, vários projetos continuaram existindo e atendendo aos propósitos para que foram concebidos. Tais programas são:

Nome	Idade Mínima	Idade Máxima
Escola de Música	8	17
Oficina de Consertos	16	18
Coral Confiar	7	17
Projeto Curumim	6	14

Oficina de Agricultura	16	17
Educação no Trânsito	4	15
Centro da Juventude	15	24
Dança com um pé no futuro	15	24
Serviço Civil Comunitário	18	24
Agente Jovem	15	17
Viva Volei	6	14
Bola na área	6	14
Judô Comunitário	6	14
Equipes esportivas municipais	6	18
Pense e Dance	13	24
Bola pra frente	13	24
Iê Capoeira		

Tabela 1: Programas municipais para juventude. Fonte: PMR

A partir da pesquisa “Percepções da Juventude sobre a Violência”, dos dados da pesquisa conduzida pelo Viva Rio e das informações lançadas pelos diversos autores aqui citados, faremos uma análise da efetividade das políticas públicas implementadas pela Prefeitura Municipal de Resende, no que tange sua capilaridade e abrangência para prevenção da violência entre os jovens e também para o atendimento das causas da violência na visão da juventude.

Tal análise partirá de um gráfico que nos indicará a “cobertura” das políticas públicas municipais, como segue:

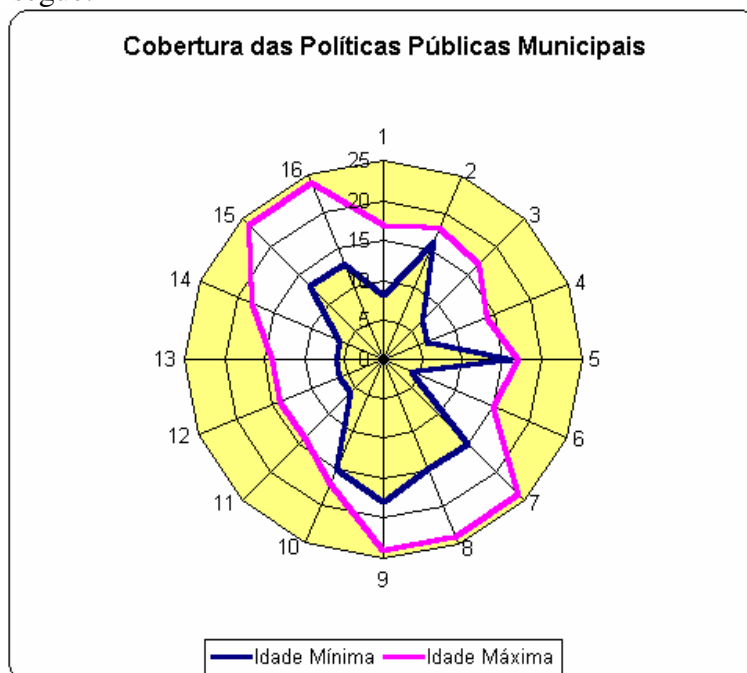


Figura 10: Gráfico sobre a abrangência (por idade) das políticas públicas municipais. Fonte: PMR

Com este gráfico fica claro a amplitude dos programas sociais municipais voltados para a juventude que compõem a política pública do setor.

Note-se que dos 16 programas existentes apenas cinco contemplam jovens até 24 anos. Mesmo tendo um aumento significativo destes programas nos últimos anos ainda há muito a ser feito. O mercado de trabalho se mostra de difícil acesso a maioria dos jovens, tanto que quase 50% dos jovens entrevistados na pesquisa estão desempregados. A educação também se

mostra restritiva para muitos (dos 185 entrevistados, apenas nove tem nível superior). Logo, podemos afirmar que há necessidade de uma ampliação da capilaridade das políticas públicas municipais.

Notas Conclusivas

O caso da cidade de Resende nos é apresentado como uma situação impar: um município com características interioranas que conservava um baixo índice de violência; após experimentar um desenvolvimento industrial alto nas últimas décadas (e por vários outros fatores), passa a ter crescente aos índices de violência; o poder público e a sociedade se organizam e criam de forma pioneira o Plano Municipal de Ordem Pública (PMOP); com a desarticulação do PMOP outro movimento social (ressalte-se aqui que com marcante participação de jovens) se propõe a promover uma cultura de paz partindo da realidade de própria juventude.

O primeiro produto deste movimento é a pesquisa “Percepções da Juventude Sobre a Violência” que nos fornece uma visão do próprio jovem sobre este tema. E a partir desta visão realizamos no presente trabalho uma análise comparativa sobre a situação em Resende.

Notamos que existe uma grande oportunidade de melhoria no município. Os programas (de caráter educativo, cultural e de geração de trabalho e renda) possuem uma limitada amplitude e isso põem em risco muitos jovens que não atingidos por tais políticas públicas.

A ONG Viva Rio em sua pesquisa (já citada neste trabalho) aponta que 19% dos jovens envolvidos com a criminalidade e a violência, são reincidentes e estão na faixa de 15 a 24 anos.

O que se percebe no caso resendense é que há uma grande quantidade de programas para jovens até 18 anos e para jovens até 14 anos. A pesquisa da ONG e o argumento dos autores colocados até aqui mostram que isto é um equívoco, pois como lembra Sposito (2006) a idade de 24 anos apresenta grandes índices nacionais de desemprego, que expõem o jovem a riscos como drogas e a criminalidade. Sento-Sé (2006) reforça a importância dos canais de debate entre a municipalidade para a eficaz prevenção de combate da violência. Porém em Resende, o enfraquecimento do PMOP dificulta a comunicação com a comunidade sobre os diversos programas sociais voltados para a juventude.

Após a divulgação dos dados da pesquisa “Percepções da Juventude sobre a Violência” na imprensa local (rádio, jornais e TV) a prefeitura se manifestou dizendo que irá levar os programas sociais existentes em bairros próximos ao Jardim Beira – Rio para a localidade (pois até então, nenhum dos programas citado no tópico 3.3 eram realizados no bairro).

Já será uma vitória caso as políticas públicas alcancem o Jardim Beira – Rio. Porém, queremos mais, enquanto jovens, enquanto cidadãos e merecemos mais enquanto pessoas. Nosso sentimento de humanidade não pode ser tomado pela criminalidade e pela violência. A desobstrução dos canais de comunicação deve ser feita e a participação popular (e dos movimentos populares juvenis) na elaboração das políticas públicas para a juventude deve imperar. E o Fórum de Cidadania e Paz se faz pioneiro em Resende neste caminho de cidadania e plena democracia.

Referências Bibliográficas

1. CNBB. “**Políticas Públicas para a Juventude**” Documento Base para o Dia Nacional da Juventude. Brasília: 1997.

2. CRUZ NETO, O. e MOREIRA, M. R. **“A Concretização de Políticas Públicas em Direção à Prevenção da Violência Estrutural”**. Ciência e Saúde Coletiva, ABRASCO, 4 (1), 33-52:1999.
3. ECA. **“Estatuto da Criança e do Adolescente”**. Brasil: 1990.
4. FC&P. Fórum de Cidadania e Paz **“Percepções da Juventude sobre a Violência”**. Resende: 2006.
5. GONH, MARIA DA GLORIA. **“Teoria dos Movimentos Sociais”**. Ed. Loyola, São Paulo:1997.
6. IBGE. **“Censo 2000”**. Dados disponíveis em www.ibge.gov.br acessado em mar/05.
7. _____. **“Estatísticas do Registro Civil”** Disponível em www.ibge.gov.br acessado em fev/2004.
8. MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA **“Condicionantes multifatorais da violência e da qualidade de vida”** Revista Eletrônica de Gestão de Iniciativas Sociais. UFRJ/Sesi, Rio de Janeiro: 2006.
9. MOTA, CARLOS RENATO. **“Violência, Juventude e Políticas Públicas”** Revista Eletrônica de Gestão de Iniciativas Sociais. UFRJ/Sesi, Rio de Janeiro: 2006.
10. PMR. **“Jornal Realizando – Boletim Informativo”** Ano 1, número 1, julho 2005.
11. _____. **“Jornal Realizando – Boletim Informativo”** Ano 1, número 6, dezembro 2005.
12. _____. **“Plano Municipal de Ordem Pública”**. Viva Rio / ISER, Resende : 2003.
13. _____. **“Prefeitura Municipal de Resende – Programas Sociais e Benefícios”**. Folder da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Solidariedade. Resende:2006.
14. PMR/ISER /VIVA RIO. **“Diagnóstico da Violência em Resende”**. Resende:2002. disponível em www.resende.rj.gov.br acessado em fev/2004.
15. RISTUM, MARILENA. **“As causas da violência”**. Revista Eletrônica de Gestão de Iniciativas Sociais. UFRJ/Sesi, Rio de Janeiro: 2006.
16. SENTO-SÉ, JOÃO TRAJANO **“Prevenção da Violência: O papel das cidades”** Ed. Civilização Brasileira, São Paulo: 2006.
17. SPOSITO, MARILIA PONTES **“Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas”** Entrevista concedida a ONG Ação Educativa. São Paulo:2006.
18. VELHO, GILBERTO. **“O Desafio da Violência”**. Revista de Estudos Avançados, Maio/Ago.2000.
19. ZALUAR, ALBA. **“Cidadãos não vão ao paraíso”**. Ed. Escuta São Paulo, SP: 1994.

¹ Pesquisa realizada por um movimento social, liderado por jovens, que atua sobre uma temática voltada para a promoção de uma cultura de paz, denominado “Fórum de Cidadania e Paz” intitulada de “Percepções da Juventude sobre a Violência”. Tal pesquisa seguiu critérios científicos na definição de sua metodologia e teve como delimitação geográfica um dos bairros mais carentes da periferia de Resende.

² Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência do Ministério da Saúde publicado através de portaria em 16/5/2001.

³ Apesar da colocação dos autores, acredito que a questão econômica não necessariamente conduza a violência, uma vez que nem todas as pessoas pobres se valem deste meio para solucionar seus problemas. Ressalto aqui a colocação de Zaluar (1994) “A pobreza não justifica o roubo e o crime. Torna-os compreensíveis, porém não justificáveis. Diante deste argumento, não podemos deixar de imputar ao jovem algum grau de responsabilidade por suas ações, evitando sua transformação em “vítima da sociedade” ou do sistema econômico. A dimensão da autonomia individual, ou da responsabilidade moral não pode ser negligenciada em nome de um social determinístico. Na Índia, por exemplo, apesar do elevado índice de pobreza, a sociedade não apresenta graus tão grandes de violência”